

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS: O QUE DIZEM OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL?

Breno Trajano de Almeida

Universidade Brasil – breno_trajano@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho tem o escopo de estudar a política de educação especial na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT, a partir da sistematização e análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional. A pesquisa teve abordagens quantitativa, que se desenvolveu durante o levantamento dos planos, e qualitativa, ocasião em que se inferiu análises e hipóteses. A abrangência do estudo considerou os 38 Institutos Federais e o Colégio Pedro II, agregado por ser o único colégio da Rede Federal a ofertar a educação básica desde a educação infantil. O retrato dessa sistematização possibilita uma reflexão da temática na educação profissional: presença de ações inclusivas nos mais diversos *campis*; ausência de clareza nas nomenclaturas relacionadas à educação especial; utilização dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas como lócus da política de inclusão nos IFs; avanços nos espaços inclusivos, porém com necessidade de ampliar a discussão da mobilidade para além de questões arquitetônicas.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Profissional, Plano de Desenvolvimento Institucional, Institutos Federais, Políticas Públicas.

1 Introdução

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008)

A citação é o artigo 2º da Lei Nº 11.892, de 29 de novembro de 2008 e que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ou seja, no ato de criação dos Institutos Federais, a Educação Especial está incluída nas “diferentes modalidades de ensino”, exigindo, portanto, uma ressignificação do potencial formativo dos Institutos.

Essa ressignificação, minimamente, deverá estar configurada no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, elaborado autonomamente por cada Instituto, de caráter plurianual e publicado por Resolução aprovada no Conselho Superior de cada IF.

Por definição do Decreto Nº 5.773/2006, o PDI deverá conter as metas da instituição, a estrutura organizacional, o diagnóstico situacional, a organização didático-pedagógica, o plano de promoção de acessibilidade, entre outros itens.

Nesse sentido, essa pesquisa objetiva desenvolver estudos sobre Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva inclusiva, desenvolvida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, especificamente no tocante aos Planos de Desenvolvimento Institucionais – PDIs

Para melhor estruturação, esse artigo se propõe, inicialmente, a apresentar um retrato sobre as inclusões dessa temática nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos 38 Institutos Federais e do Colégio Pedro II. Este último foi agregado ao trabalho por ser a única das Instituições da Rede Federal a ofertar Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio (Regular e Integrado), EJA/PROEJA e, Ensino Superior. É essa oferta que distingue o Colégio Pedro II dos demais Institutos.

2 Metodologia

Em sentido amplo, para Richardson (1989, p. 29) “[...] método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos”. Desta forma, todo trabalho de pesquisa deve ser planejado e executado de acordo com as normas que acompanham cada método. As duas estratégias de pesquisa, em termos de aplicabilidade, podem ser chamadas de abordagem qualitativa e abordagem quantitativa.

No que se refere à pesquisa em questão, utilizamos as abordagens quantitativa, que abrange tudo o que pode ser listado, mensurado em números, classificado e analisado e a qualitativa, que permite verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador.

Quanto ao universo alcançado nesse trabalho, veremos no próximo tópico.

3 Resultados e Discussão

3.1 A Educação Especial nos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI

Primeiramente, buscamos a localização regional e por estado dos 38 Institutos Superiores e do Colégio Pedro II com o respectivo número de campi e o período de vigência de seus Planos de Desenvolvimento Institucional. Essa busca nos levou à página de cada uma das 39 instituições e resultou em 38 Planos encontrados, uma vez que o Instituto Federal Fluminense informa que o seu PDI está “em construção”. Outra constatação refere-se ao local onde estão os Planos nos respectivos sites: *Documentos, Institucional, Acesso à Informação, Publicações, Documentos Norteadores, Documentos Institucionais*, fazendo com que a busca por esse que é a espinha dorsal do funcionamento da Instituição se torne um verdadeiro ato de garimpo.

Os períodos de vigência dos Planos são variáveis: 28 entre 2014-2018; 05 entre 2015-2019; 04 entre 2014/2-2019/01, 01 entre 2015-2018.

Tabela 01: IF - Localização, Número de Campi e Vigência do PDI por UF e Região.

REGIÃO	UF	DENOMINAÇÃO DO IF E NÚMERO DE CAMPIS.	PDI/Período
Norte 07 IFs	AC	Instituto Federal do Acre – IFAC	06 2014-2018
	AM	Instituto Federal do Amazonas – IFAM	15 2014-2018
	AP	Instituto Federal do Amapá – IFAP	05 2014-2018
	PA	Instituto Federal do Pará – IFPA	18 2014-2018
	RO	Instituto Federal de Rondônia – IFRO	06 2014-2018
	RR	Instituto Federal de Roraima – IFRR	05 2014-2018
	TO	Instituto Federal de Tocantins – IFTO	11 2015-2019
Nordeste 11 IFs	AL	Instituto Federal de Alagoas – IFAL	14 2014-2018
	BA	Instituto Federal da Bahia – IFBA	23 2015-2019
		Instituto Federal Baiano - IF Baiano	15 2014-2018
	CE	Instituto Federal do Ceará – IFCE	32 2014-2018
	MA	Instituto Federal do Maranhão – IFMA	29 2014-2018
	PB	Instituto Federal da Paraíba – IFPB	21 2015-2019
	PE	Instituto Federal de Pernambuco - IFPE	16 2014-2018
		Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IF Sertão	10 2014-2018
	PI	Instituto Federal do Piauí – IFPI	20 2015-2019
RN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN	21 2014-2018	
SE	Instituto Federal do Sergipe – IFSE	10 2014/2-2019	
Sudeste 10 IFs	ES	Instituto Federal do Espírito Santo – IFES	22 2014/2-2019
	MG	Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG	17 2014-2018
		Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM	10 2014-2018
		Instituto Federal do Norte de Minas - IF Norte Minas	11 2014-2018
		Instituto Federal do Sul de Minas - IF Sul Minas	08 2014/2-2019
		Instituto Federal do Sudeste de Minas – IF Sudeste	10 2014-2018
	RJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ	15 2014-2018
		Instituto Federal Fluminense – IFF	14 *
		Colégio Pedro II – CPII	14 2015-2018
	SP	Instituto Federal de São Paulo – IFSP	36 2014-2018
Sul 06 IFs	PR	Instituto Federal do Paraná – IFPR	25 2014-2018
	RS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRGS	17 2014-2018
		Instituto Federal Sul Rio Grandense – IFSul	13 2014/2-2019
		Instituto Federal Farroupilha – IFFar	19 2014-2018
	SC	Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC	22 2015-2019
Instituto Federal Catarinense – IFC		15 2014-2018	
Centro-Oeste 05 IFs	DF	Instituto Federal de Brasília – IFB	10 2014-2018
	GO	Instituto Federal de Goiás – IFG	14 2012-2016
		Instituto Federal Goiano – IF Goiano	13 2014-2018
	MS	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS	10 2014-2018
MT	Instituto Federal do Mato Grosso – IFMT	19 2014-2018	

Fonte: Elaborado própria do pesquisador

*Em construção desde setembro 2016.

Apenas sete estados têm mais de um Instituto Federal, sendo que somente Minas Gerais e Rio Grande do Sul têm mais que dois – 05 em MG e 03 no RS.

O menor número de *campi* é 05 (IFAP e IFRR) e o maior 36 (IFSP). A quantidade de *campi* que agrega o maior número de Institutos é 10 (IF Sertão/PE, IFSE, IFTM/MG, IFB/DF, IFMS e IF Sudeste/MG). Com relação às matrículas, cursos, docentes e pessoal técnico administrativo, o Censo da Educação Superior/2016 apresenta dados gerais, por

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

organização acadêmica, mas incluindo IF e CEFET, sendo que a única “modalidade” dimensionada nos dados refere-se a EaD, conforme tabela:

Tabela 02: Censo da Educação Superior 2016.

Indicadores	Total
Instituições (IF e CEFET)	40
Matrículas de Graduação	164.592
*Matrículas de Graduação Presencial	155.783
*Matrículas de Graduação a Distância	8.809
Cursos de Graduação Presencial de Ed. Tecnológica.	492
Funções Docentes em exercício	19.919
Pessoal Tec. Administrativo em exercício.	31.495

Fonte: MEC/INEP: 2016. Tabela elaborada pelo pesquisador

Identificados os Institutos, seus *campi*, Planos e dados gerais, passamos ao diagnóstico da situação da Educação Especial nos Institutos Federais, por meio de pesquisa no PDI respectivo.

3.2 A Educação Especial no Sumário do PDI/IF.

Para esse levantamento, fizemos uma pesquisa pelos termos: *pessoa com deficiência, inclusão, ações inclusivas, pessoa com necessidades educacionais específicas, pessoas com necessidades educacionais especiais, acessibilidade, educação inclusiva, ações afirmativas*, nos Sumários dos Planos de Desenvolvimento Institucional. Termos como mobilidade e modalidade foram excluídos por serem usados nos Planos de Desenvolvimento Institucional para indicar movimentação acadêmica (mobilidade de professores e técnicos entre cursos e *campi*) e EaD (modalidade de ensino), respectivamente. Portanto, sem relação direta com os objetivos da nossa busca nessa pesquisa sobre o espaço destinado à Educação Especial no Sumário de cada PDI.

Inicialmente, cabe destacar que em 02 (dois) Institutos – IFSE e IFES, nenhum desses termos aparece no sumário dos Planos, o que não significa a ausência de alguma política e/ou ação nesse sentido, como veremos mais adiante.

Tabela 03 – Região Norte: Localização da Educação Especial no Sumário do PDI/IF.

IF	CAPÍTULO/ITEM	SUBITEM	Pag.
AC	10. Infraestrutura dos <i>Campi</i>	10.4. Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado a Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades.	128
AM	7. Infraestrutura	7.2. Adequação da Infraestrutura para atendimento aos portadores de necessidades especiais	150

AP	3.7. Responsabilidade Social da Instituição	3.7.1. Educação Inclusiva no IFAP	85
PA	9. Plano Diretor de Infraestrutura Física	Termo “Acessibilidade” em cada um dos <i>campi</i> descritos	152
RO	7. Infraestrutura	7.5. Acessibilidade e Atendimento Prioritário	277
RR	10. Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais ou com Mobilidade Reduzida	10.1 Pessoas com Deficiência, Altas Habilidades e Transtornos Globais do Desenvolvimento.	227
TO	6. Políticas de Atendimento aos Discentes.	6.1. Estratégias de Educação Inclusiva	139
	7. Infraestrutura	7.6. Plano de Promoção da Acessibilidade e Atendimento Diferenciado a Pessoas com Necessidades Específicas.	240

Fonte: PDI/ IF. Tabela organizada pelo pesquisador.

Nesse primeiro conjunto de Planos, percebe-se que apenas o IFRR dedicou um Capítulo no PDI referindo-se às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais ou com Mobilidade Reduzida. E, junto com o IFAC, são os únicos a fazerem referência a Pessoas/Estudantes com Deficiência (PCD), terminologia indicada pela Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto 6949/2009. Ou seja, os Planos elaborados para 2014-2018, não foram adequados à uma nomenclatura vigente desde 2009.

Outros 04 (quatro) Planos – IFAM, IFPA, IFRO, IFTO incluem as ‘necessidades especiais’ na Infraestrutura/Acessibilidade. O IFTO tem ainda as Estratégias de Educação Inclusiva no Capítulo das Políticas de Atendimento Discente. A Educação Inclusiva também é citada no item ‘Responsabilidade Social’ do IFAP. Nenhum dos Planos da Região Norte indica, no sumário, alterações didáticas ou curriculares para atender estudantes com deficiência ou altas habilidades.

Tabela 04 - Região Nordeste¹: Localização da Educação Especial no Sumário do PDI/IF.

IF	CAPÍTULO/ITEM	SUBITEM	Pag.
AL	V. Política de Assistência Estudantil.	5.1. Educação Inclusiva	138
BA	7. Política de Atendimento Discente	7.5. Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas.	222
	8. Infraestrutura	8.5. Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado às Pessoas com Necessidades Especiais	238
Baiano	3.6. Assuntos Estudantis	3.6.3. Pessoas com Necessidades Específicas	88
		3.6.4. Política para a Diversidade e Inclusão	89
	5. Plano Diretor de Infraestrutura Física	5.4. Acessibilidade	115

¹ Exceto IFSE, que será explicado na página 9.

CE	3. Organização Acadêmica	3.1.7. Políticas de educação Inclusiva	116
MA	7. Plano Diretor de Infraestrutura Física	7.3. Atendimento de Pessoas com Necessidades Especiais.	170
PB	10. Atendimento a Pessoas com Deficiência	10.1. Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário	411
PE	7. Plano Diretor de Estrutura Física	7.3. Diretrizes para a Acessibilidade	167
	15. Políticas e Ações de Inclusão	15.2. Política Institucional de Atendimento à Pessoas com Deficiência-Fortalecimento das Ações de Inclusão através dos Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE	271
Sertão PE	7.2. Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro	7.2.8. Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas	98
	8. Organização Administrativa	8.2.5.4. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE	138
PI	5. Plano Diretor de Infraestrutura Física	5.5. Plano de Acessibilidade	172
RN	3.2 Princípios Orientadores das Práticas Pedagógicas	3.2.3. O Respeito à Diversidade e Inclusão Social.	50
	6.10. Engenharia e Infraestrutura	6.10.3. Ações de Acessibilidade	148

Fonte: PDI/ IF. Tabela organizada pelo pesquisador

Nesse grupo, o destaque primeiro é para o IFRN que trata da questão nas Práticas Pedagógicas e, mesmo que sejam apenas Princípios, muda o caráter de apoio/atendimento/assistência e acessibilidade mais comumente usados.

Em três Institutos, as Pessoas com Necessidades Específicas e a Política para a Diversidade e Inclusão foram integrados em Assuntos Estudantis, Atendimento Discente e Assistência Estudantil. As ações de infraestrutura e acessibilidade dominam os Planos da região, embora três deles tenham incluído no sumário, especificamente, os núcleos de atendimento às pessoas com necessidades especiais/ específicas. Destaque para os três PDIs que incluíram o detalhamento do Plano de Acessibilidade.

Tabela 05 - Região Sudeste²: Localização da Educação Especial no Sumário do PDI/IF

IF	CAPÍTULO/ITEM	SUBITEM	Pag.
CPII	4.3. Espaços de Extensão e Complementação Pedagógica	4.3.12. Núcleo de Atendimento as Pessoas c/ Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE	135
MG	6. Diagnóstico	6.3. Diagnóstico do Núcleo de Atendimento a Pessoas c/ Necessidades Específicas	67
Norte Minas	2. Planejamento Estratégico	2.3. Assessoria de Ações Inclusivas	29
	3. Projeto Pedagógico	3.4. Políticas de Inclusão	75
Sudeste	4.1. Políticas de Ensino	4.1.2. Ações Inclusivas	51

² Exceto IFES, que será explicado na página 9.

Sul	1.Perfil Institucional	Núcleo de Atendimento as Pessoas c/ Necessidades Educacionais Especiais	47
TM	6.Plano Diretor e Infraestrutura Física	“Acessibilidade” em cada um dos <i>campi</i> descritos	100
RJ	6.Inclusão Social e Diversidade	6.1. Apresentação do Núcleo de atendimento a Pessoa c/Necessidades Especiais – NAPNE	104
SP	III Implementação da Instituição e Organização Acadêmica	3.3.2. Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais e/ou mobilidade reduzida.	284

Fonte: PDI/ IF. Tabela organizada pelo pesquisador.

Entre os Institutos da Região Sudeste, 04 (quatro) integram no sumário os Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNEs, embora em diferentes locais: na Extensão e Complementação Pedagógica, no capítulo sobre Diagnóstico ou no Perfil Institucional. Apenas um coloca o Núcleo no capítulo da Inclusão social e Diversidade. O IF Norte de Minas tem uma Assessoria de Ações Inclusivas no capítulo sobre Planejamento Estratégico do Instituto.

Somente um, o IF Triângulo Mineiro, trata textualmente da Infraestrutura/Acessibilidade. No IFSP, o atendimento às pessoas ‘portadoras’ de necessidades educacionais especiais e/ou mobilidade reduzida está no capítulo sobre Organização Acadêmica, mas não há indicação de mudanças ou adequações didáticas ou curriculares. Além disso, o termo destacado está em desacordo com a nomenclatura legal. Cabe ainda destacar que o site do IFSP indica que o PDI 2019-2022 está em discussão.

Tabela 06 – Região Sul: Localização da Educação Especial no Sumário do PDI/IF

IF	CAPÍTULO/ITEM	SUBITEM	Pag.
PR	2. Projeto Pedagógico Institucional	2.3. Ações Afirmativas do IFPR	32
I F F a r	4.9. Ações Inclusivas	4.9.1. Princípios Norteadores das Ações Inclusivas no IF Farroupilha	160
		4.9.2. Pessoas com Deficiência	162
		4.9.3. NAPNE	164
		4.9.5. Plano de Acessibilidade Arquitetônica	164
		4.9.6. Acessibilidade Comunicacional	166
		4.9.7. Acessibilidade Física	166
RS	3.4. Políticas de Ensino	3.4.5.1. Inclusão	112
	8. Políticas de Atendimento aos Discentes	8.5. Política de Ações Afirmativas (PAF)	205
Sul	2.4. Políticas de Ensino	2.4.4. Políticas de Inclusão e Emancipação	45
SC	6. Plano Diretor de Infraestrutura Física	6.1.3. Acessibilidade	171
		6.2.3. Diretrizes para a Acessibilidade	179
	7.1. Diretrizes Gerais	7.1.2. Da Admissão de Pessoas com Deficiência	206

	8. Políticas de Atendimento aos Discentes	8.5. Atendimento de Pessoas com Necessidades Específicas	231
	9.4. Comissões e Núcleos Permanentes	9.4.2. Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas	250
IFC	5.8. Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas	5.8.1. Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Específicas - NAPNE	72

Fonte: PDI/ IF. Tabela organizada pelo pesquisador.

Na Região Sul, o IF Farroupilha detém o maior número de indicadores sobre a Educação Especial destacados no Sumário de seu PDI, além de incluir os itens de Acessibilidade Comunicacional e Física para além da Acessibilidade Arquitetônica. Já o IFSC discute o tema em 04 capítulos diferentes.

Três Institutos incluem diretamente o NAPNE no item indicativo de políticas/programas de Educação Especial, desde o acesso e acessibilidade até o Núcleo de Atendimento.

As Políticas Afirmativas aparecem em dois Planos, embora situadas em locais diferentes: Ações Inclusivas e Políticas de Atendimento aos Discentes. Cabe destacar que Políticas Afirmativas englobam bem mais que pessoas com deficiência de forma que essa especificidade parece diluída no contexto.

No site do IF Farroupilha, o PDI 2019-2026 já está em andamento, inclusive com Seminário de Lançamento realizado.

Tabela 07 - Centro-Oeste: Localização da Educação Especial no Sumário do PDI/IF.

IF	CAPÍTULO/ITEM	SUBITEM	Pag.
IFB	Infraestrutura	Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado as Pessoas com Deficiência	83
GO ³	9. Estrutura e Apoio às Ações de Inclusão	9.1. Política Institucional de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	140
Goiano	3.2. Da Responsabilidade Social do IF Goiano	3.2.2. Nos Programas de Inclusão e Ações Afirmativas	47
MS	3.9. Responsabilidade Social	3.9.1. Atendimento de Pessoas com Necessidades Especiais	67
MT	II Projeto Político Institucional – PPI/IFMT	2.1.8. O Respeito à Diversidade	54
		Apêndice 1. Plano de Acessibilidade para todos os Campi do IFMT	167

Fonte: PDI/ IF. Tabela organizada pelo pesquisador.

A Região Centro-Oeste tem um Instituto cujo Plano está com período de vigência vencido (2012-2016) e, não foram encontradas indicações de que esteja sendo construído outro PDI. No sumário

³ PDI vencido (2012-2016)

desse Plano, no capítulo sobre Estrutura e Apoio às Ações de Inclusão, está localizada a Política Institucional de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

O IF Brasília apresenta um Plano de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento as Pessoas com Deficiência, no que podemos chamar de capítulo sobre Infraestrutura, uma vez que o PDI do IFB não tem estrutura numérica.

Dois outros Institutos tratam do tema dentro da Responsabilidade Social, sendo que um define essa responsabilidade nos Programas de Inclusão e Ações Afirmativas que, como já dissemos, tem uma amplitude de público e diversidades e a pessoa com deficiência e suas necessidades é só uma parte. O mesmo acontece com a denominação Respeito à Diversidade que integra o Projeto Político Institucional – PPI/IFMT. O Instituto Federal do Mato Grosso inclui no sumário a lista de Apêndices e, entre esses, está o Plano de Acessibilidade para todos os *campi* do IFMT.

3.3 Busca pelo que não está visível

Conforme afirmamos, não ter encontrado nenhum dos termos definidos para a busca nos Sumários não é indicativo para a não existência de ações/planos ou outras atividades da Educação Especial nos Institutos indicados. Por essa razão, fizemos uma busca no PDI do IFS e IFES por essas ações.

a) IFSE - O Instituto Federal do Sergipe elaborou seu PDI incluindo Planejamento Estratégico, Programa Político Pedagógico Institucional e Plano Diretor. Nesses itens encontramos as indicações de ações com referência à Educação Especial. Nas Metas do Planejamento Estratégico, a adequação da infraestrutura inclusive nas bibliotecas e sistemas de TI para promover a inclusão de “usuários portadores de necessidades especiais” (p. 38 e 39); No PPPI, sob o título de Programas e/ou Ações Contínuas, a implantação de salas de recursos multifuncionais e estruturas de núcleos de acessibilidade; formação continuada na perspectiva inclusiva para todos que atuam no IF e incentivo a elaboração de materiais acessíveis (p.57 a 59) e, ampliar e fortalecer os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE (p.73). No Plano Diretor, nos itens de reestruturação, foi incluída Acessibilidade.

b) IFES - No PDI do Instituto Federal do Espírito Santo encontramos os indicadores de Educação Especial em três itens: Assuntos Estudantis onde está citado o art. 208 da CF sobre garantia de atendimento educacional específico (AEE) na p. 70. No Cronograma de Expansão da Infraestrutura para o período de vigência do PDI, na p. 125, o texto informa que, com referência à acessibilidade de pessoas portadoras com necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, “o Ifes vem realizando a adequação de suas instalações conforme um plano de implantação física, principalmente, nos campi mais antigos, que não se encontram totalmente adequados a essa situação”. Além disso,

ações de adequação da acessibilidade aparecem em vários *campi*, a partir da p. 137. No capítulo sobre Políticas de Atendimento aos Discentes, encontramos o Programa de Apoio à Pessoa com Necessidade Educacional Especial (p. 189).

Após esse levantamento, um aspecto que chama a atenção na leitura dos sumários é o uso de diferentes terminologias: Educação Inclusiva, Políticas de Atendimento aos Discentes Portadores de Deficiências, Pessoas com Necessidades Específicas, Política Institucional de Atendimento às pessoas com necessidades específicas, Atendimento às Pessoas com Deficiência, Programa de apoio a pessoas com necessidades educacionais específicas, Políticas de inclusão e emancipação, Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Específicas ou com Mobilidade Reduzida, Educação Inclusiva na perspectiva das necessidades específicas, Políticas de Inclusão, entre outros, mesmo com as convenções sobre os termos adequados estando vigentes há, pelo menos, 04 anos quando da elaboração dos Planos.

4 Conclusões

Na consignação da Educação Especial como direito e modalidade de ensino, muitas das suas indispensáveis adequações ainda configuram como intencionalidade, tanto na Educação Básica, quanto no Ensino Superior. É preciso reconhecer que avançamos conceitualmente, como também é urgente reconhecer que a prática precisa incorporar essas discussões e avanços para além da acessibilidade arquitetônica.

Na pesquisa em questão, elegemos como referência os Planos de Desenvolvimento Institucional das 39 Instituições (38 IFs mais o Colégio Pedro II) que integram a Rede Federal de Educação, reduzidos a 38 pesquisados por conta de não haver PDI disponibilizado no Instituto Federal Fluminense (IFF).

Os resultados apresentados ao longo desse trabalho não permitem ‘fechar’ questão em torno dos itens destacados. Antes, pressupõem uma série de condicionalidades, propósitos e intencionalidades registradas no PDI de cada instituição que indicam a busca por promover inclusão, autonomia, melhoria da qualidade de vida, inserção social e, sobretudo, o acesso à educação com permanência e sucesso na aprendizagem. Ou seja, tudo evidencia a garantia sob o ponto de vista do direito à educação em termos legais, embora diferentes nas condições de oferta.

Ao ler o PDI de cada um dos Institutos, a maioria elaborada em 2014 com metas até 2018, restou uma impressão persistente de ações direcionadas à educação inclusiva. Impressão essa reforçada pelo uso de expressões como “educação para a convivência”, “sensível à

realidade, está comprometido em proporcionar uma educação inclusiva”, “aceitação da diferença”, “igualdade de oportunidades”, entre outras.

Por outro lado, há que se relatar a baixa incidência do termo Educação Especial nos Planos analisados, para além do contexto legal ou das Referências. Nesse contexto, destaca-se o PDI do Instituto Federal do Espírito Santo, pois foi o único a apresentar a uma seção específica, intitulando-a: “Educação Especial na Perspectiva Inclusiva”, no subitem “Concepção de Educação”, do capítulo destinado ao Projeto Pedagógico Institucional.

Outro destaque se refere ao fato de que o NAPNE, em muitos Planos, parece ser a única instância a pensar a Educação Especial, extrapolando sua competência de atendimento e passando a pensar a política de inclusão, acesso e sucesso dos estudantes com deficiência.

No âmbito da educação, em qualquer espaço, etapa, nível ou modalidade, essa centralidade numa única instância que remete a uma individualização do tema, mesmo quando exercida por um coletivo, é perigosa. Isso porque o processo educacional pressupõe a articulação entre os diversos setores e atores que compõem o universo da instituição, voltada a garantia de direitos dos estudantes e na responsabilização compartilhada por sua formação integral e cidadã.

Referências

BRASIL. *Constituição federal*, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 jun. 2018.

_____. *Lei n. 13.005*. Publicada em de 25 de junho de 2014. PNE. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 26 jun. 2018.

BEYER, Hugo Otto. **Brasil. Ensaios Pedagógicos**. Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p. 85-88.

PRIETO, Rosângela G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas educacionais no Brasil. IN: ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006, p. 31-69.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989, p. 29.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1999, p. 46.